

HISTORIOGRAFIAS CLANDESTINAS: TEMPORALIDADE NA CIDADE BINACIONAL DE ACEGUA-Á (URUGUAI E BRASIL), SÉCULOS XX E XXI

CLANDESTINE HISTORIOGRAPHIES: TEMPORALITY IN THE BINATIONAL CITY OF ACEGUA-Á (URUGUAY AND BRAZIL), 20TH AND 21ST CENTURIES



<https://doi.org/10.22228/rtf.v19i1.1460>

Hariagi Borba Nunes

 Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7454-0630>

 E-mail: hariagibn@gmail.com

Resumo: Este artigo almeja historiografar temporalidades clandestinas. Para isso, apresenta a história e a geografia do território de Aceguá, bem como discute a diversidade do conceito de fronteira nas humanidades. A partir da análise das práticas em fronteira, propõe-se visualizar o contrabando e seus agentes como organizadores do Tempo em Fronteirização. O texto fundamenta-se em leis municipais, estaduais e nacionais brasileiras e uruguaias, entrevistas em audiovisual, fotografias de acervos comunitários e pessoais, obras plásticas, filmes, letras de músicas, mapas topográficos da região e bibliografia especializada sobre a fronteira sul.

Palavras-chaves: Fronteira sul; história e fronteira; temporalidades fronteiriças.

Abstract: This article examines clandestine temporalities from a historiographical perspective. To this end, it presents the history and geography of the border territory of Aceguá while discussing the multiple meanings of the concept of border in the humanities. Drawing on an analysis of border practices, it approaches smuggling and its agents as key organizers of the Tempo em Fronteirização. The study is based on Brazilian and Uruguayan municipal, state, and national legislation, audiovisual interviews, photographs from community and personal collections, visual artworks, films, song lyrics, topographic maps of the region, and specialized scholarship on the southern border.

Keywords: Southern border; history and border; border temporalities.

Introdução:

Este artigo tem a finalidade de tecer sobre tempo e fronteira na tentativa de responder a questão: como historiografar temporalidades clandestinas? Resultado de uma pesquisa de doutoramento em história, este recorte contempla a discussão teórica e historiográfica sobre temporalidades em fronteira, levando em consideração as práticas de ilegalidade próprias da região.

A pesquisadora que escreve, evidencia seu lugar de pertencimento sendo a própria fronteira estudada: Acegua-á. Para isso engendrou uma ferramenta analítica denominada *pesquisadora-fronteiriça*, a qual permitiu diferentes entradas nos momentos de pesquisa de campo, leituras bibliográficas, entrevistas, interpretação e elaboração narrativa. Essa categoria analítica está na fusão da dupla condição de mulher fronteiriça que estuda mulheres na fronteira, evidencia o compromisso político da pesquisadora com a comunidade, assim como a responsabilidade ética e crítica na produção de epistemologias.

Para responder tal pergunta, na primeira parte, o texto tem por objetivo contextualizar a história e a geografia do território de Acegua-á, apresentando a diversidade do conceito de fronteira nas humanidades, em especial na historiografia da região sul da América do Sul. Na segunda parte, pretende-se visualizar temporalidades clandestinas de Acegua-á através da teia conceitual do *Tempo em Fronteirização*, conduzido pela organização espacial do Marco-Limite e ditado pelo tempo *del pase*/travessia. O marco-limite e a lógica *del pase*/travessia são os principais elementos na estratificação do tempo em fronteirização, organizando e ditando a fronteirização do tempo, respectivamente, pois o primeiro materializa a linha divisória e o segundo, intensifica travessias clandestinas e ilegais, gerando as existências *doble chapa*. Na terceira parte, propõe-se construir o exercício conceitual dos *bultos temporales* como deslocamento historiográfico condensador de temporalidades em fronteirização, capturados através da historicidade das práticas locais. Os *bultos*, no contrabando, são pacotes produzidos para ocultar mercadorias da fiscalização aduaneira. Já os *bultos temporales*, encobrem os processos de resistência dos sujeitos fronteiriços à colonialidade das nações, produzidos no atrito entre tempos nacionais, pois circulam na frequência *del pase*/travessia e do contrabando.

Os materiais utilizados para tal análise foram leis municipais, estaduais e nacionais uruguaias e brasileiras; entrevistas com jornalistas em audiovisual; fotografias de acervo comunitário e pessoal; obras plásticas, filmes e letras de músicas; mapas topográficos da região e bibliografias especializadas sobre a fronteira sul.

Una ciudad, dois países: Acegua-á

A pequena cidade de fronteira seca, Acegua-á¹, é dividida em duas: Aceguá Brasil e Acegua Uruguay. A *calle*/linha divisória que separa as Acegua-á foi inaugurada pelos Tratado dos Limites, em 1851, e Tratado da Lagoa Merim, em 1909, possibilitando a

¹ O uso de Acegua-á com acento e sem, para falar de duas cidades em países diferentes, mas que, em contrapartida, aglutinam-se em uma mesma população. Assim, Acegua-á é a melhor forma de unir essas especificidades e complexidades.

emergência estética na paisagem de marcos-limites (mojones), que configuram, para seus habitantes, desenhos distantes de um acordo esquecido na história, mas que é lembrado pelos processos de controle e fiscalização alfandegária².

Durante parte do século XIX, "uma ampla faixa do território uruguaio estava ocupada quase exclusivamente por brasileiros"³. A resposta perante a ocupação brasileira na faixa de fronteira, foram os incentivos, do governo Uruguaio em 1862, ao povoamento do norte do país, colocando o mesmo nome do povo irmão: Acegua. Acegua-á tem na sua formação o fluxo de famílias uruguaias que deslocaram-se para o Brasil em busca de trabalho em estâncias, formando um pequeno núcleo de comércio local resultado do câmbio entre nações e o contrabando. Do mesmo modo, brasileiros da região rural de Aceguá migram para a área urbana comercial ou para grandes zonas *ganaderas* no Uruguai.

Nos anos 1990, iniciou em Aceguá-BR, uma comissão de emancipação organizada, majoritariamente, por comerciantes locais, colonos mennonitas⁴, e latifundiários da região. Aceguá foi emancipada de Bagé em 1996, elevando-se a Município em 1998, tendo sua primeira eleição em 2000 e a estrutura administrativa implantada em 2001 (organizada em quatro distritos: Rio Negro, Colonia Nova, Minuano e Aceguá-Sede). A decisão de Aceguá-Sede ficar na zona urbana fortaleceu a centralização das estruturas administrativas na zona fronteira.

Acegua Uruguai, após a fundação de *pueblo* em 1863, passou à categoria de *villa* em 1986⁵. Apenas em 2015, Acegua obteve o título de Municipio del Departamento de Cerro Largo, conjuntamente com Villa Noblía, Tupambaé, Ramón Trigo, Plácido Rosas, Arévalo y Arbolito⁶. O atual alcaide de Acegua, Javier Rodríguez, representa o segundo mandato após a eleição de 2015. Acegua- UY, desde 1927, conta com a primeira escola da região, assim como com a Parroquia Cristo Rey (1963) e La sociedad Criolla La Tropilla (1967), como lugares de socialização e produção de eventos locais.

² LA LÍNEA Imaginaria. Direção: Gonzalo Rodriguez, Nacho Seimanas. *Produção: Ludo Contenidos*, Montevideo. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHWtc> . Acesso 07 ago. 2025.

³ PACHECO, Cíntia da Silva. Contextualização Sócio Histórica da Fronteira Brasil-Uruguai. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.14 N.1, p. 287, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/26383> . Acesso em: 07 ago 2025.

⁴As colônias Nova, Pioneira e Medici, são localidades formadas pela migração mennonita após 1940. Os mennonitas se estabeleceram, primeiramente, em terras pertencentes ao Seival-Bagé, depois em terras do Distrito Minuano em Aceguá-BR.

⁵ HISTORIA DE LA VILLA ACEGUA. *Documento Alcaldía de Aceguá-Uruguay*. Cedido à pesquisa por Maurício Quinta, assessor de assuntos históricos, em 2021. Documento físico (5 p.). Aceguá, Departamento de Cerro Largo, República Oriental del Uruguay.

⁶ Ver mais em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/pueblos-atencion-personalizada.html#:~:text=Al%20abrirse%20este%20a%C3%B1o%20el,Pl%C3%A1cido%20Rosas%2C%20Ar%C3%A9valo%20y%20Arbolito>. Acesso em: 07 ago 2025.

A composição *doble chapa* vivida em Acegua-á, não ocupa somente as institucionalidades - como escolas, ou as fiscalizações alfandegárias, ou mesmo os comércios brasileiros e os imponentes Free Shops do lado uruguaio - mas reflete na própria identificação do sujeito que atravessa constantemente a linha divisória, transportando, carregando e contrabandeando línguas (espanhol + português = portunhol/*portuñol*), costumes, crenças e subjetividades. Desta forma, os sujeitos em fronteirização organizam o cotidiano da fronteira e compõe sentidos complexos às dinâmicas locais transfronteiriças.

Imagem 1: Mapa de Acegua-á, em vermelho as cidades de Acegua-á, destacando em preto a linha divisória entre os países.



Fonte: produzido pela autora, 2021.

Fronteira: conceito em disputa

Na literatura sobre o tema, fronteira é um conceito disputado, polissêmico e interdisciplinar. Utilizado em diversas áreas do conhecimento, o conceito habita o que está em constante jogo de negociação e resignificação, transformando-se em um leque epistemológico. Nessa disputa constante, a fronteira assemelha-se a limite, separação, fim, assim como representa movimento, integração, área de contato e comunicação. Podem existir diversas fronteiras: abstratas, políticas, subjetivas, classificatórias e materiais.

Fronteiras sobrepostas que fronteirizam ininterruptamente outras fronteiras, sendo elas físicas ou simbólicas. Fronteiras estatais fiscalizam, controlam e proíbem, do mesmo modo que atores fronteiriços desviam, dissimulam, encobrem e burlam cotidianamente travessias.

As fronteiras devem ser investigadas levando em consideração contexto, situação, localidade; a pluralidade dos agentes em fronteirização e suas relações com instituições, grupos, redes; as contradições, complexidades e dinâmicas únicas do espaço analisado; e a compreensão de que a fronteira não é um dado fixo, estático e permanente, ao contrário, constitui processos contínuos de retração, dilatação e desdobramento, transformando seus significados constantemente.

As fronteiras físicas, materializadas por uma linha divisória herdeira da colonialidade burocrática do Estado, são centro investigativo das humanidades como geografia, história, antropologia, entre outras. Organizadas por uma cronologia eurocêntrica, essas disciplinas, tradicionalmente, condicionaram a fronteira à soberania do Estado, limite nacional, espaço vazio, início e fim de uma jurisdição, fortificação e militarização da área contra inimigos estrangeiros. O conceito de fronteira tomou rumos semelhantes na história e na geografia sul platina durante os séculos XIX, XX e XXI, as quais, apesar das diferenças metodológicas e teóricas, mantinham a fronteira, em um primeiro momento como sinônimo de limite⁷, e em seguida, como contato e integração⁸.

No início do século XXI, o debate em relação à fronteira toma uma nova direção: evidenciar contradições. O antropólogo Alejandro Grimson⁹, compreende a dinâmica local da fronteira entre Brasil e Argentina enquanto fluxos que se retraem e avançam constantemente, mostrando a flexibilidade fronteiriça em relação aos atores, instituições e grupos da região. Para compreensão desses fluxos fronteiriços, o autor constrói o conceito de *fronteirização*, percebendo os processos históricos entre Estados Nacionais e populações fronteiriças, a qual designa que: “la frontera nunca es un dato fijo, sino un objeto inacabado e inestable. Un objeto constantemente disputado de formas diversas”¹⁰. Segundo o autor, *fronteirização* é a tentativa de identificar mecanismos de longa duração nas fronteiras (antes mesmo da formação dos estados nacionais modernos), da mesma forma, visibiliza

⁷ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre, EDUFRGS, 1998.

⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual, Porto Alegre, *Humanas*, v.17, n. 1/2/, pp 63-85, 1994; SOUZA, Suzana Bleil de. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos- uma aproximação histórica. In: *Fronteiras no mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, pp 78-89, 1994; FLORES, Mariana da Cunha Thompson. Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014

⁹ GRIMSON, Alejandro. Los flujos de la fronterización: una etnografía histórica de la nacionalidad en Uruguayana (Br) y Paso de los Libres (Ag). Buenos Aires: Gedisa, 2002.

¹⁰ GRIMSON, Alejandro. *Los flujos de la fronterización: una etnografía histórica de la nacionalidad en Uruguayana (Br) y Paso de los Libres (Ag)*. Buenos Aires, Gedisa, 2002, p. 53-54.

suas novas atualizações, dado que “la forma de la fronterización cambia, pero el proceso continúa”¹¹. A evidência do conflito é que marca a fronteirização, pois destaca a pluralidade das dinâmicas próprias às relações entre fronteiriços, pois “anular o conflito como dimensão central da vida fronteiriça impede a visualização das relações assimétricas entre setores, grupos e Estados, e crescente dinâmica da exclusão”¹².

Esta investigação situa-se em uma fronteira seca, de livre circulação, ao sul do Rio Grande do Sul (Brasil) e nordeste do Uruguai, que divide duas cidades, as quais podemos chamar de *doble-ciudades*, *ciudades-gêmeas*, *ciudades-espejo*, *cuidades-pares* ou *twin cities*. No Brasil há mais de 30 cidades gêmeas que fazem fronteira com países da América do Sul, sendo 6 pares localizados na fronteira com o Uruguai. A República Oriental, por sua vez, estabelece grande parte do seu território com a fronteira brasileira (1069 km) e a argentina (579 km), evidenciando a proximidade dos núcleos gêmeos brasileiros e uruguaios pelos centros de fronteira seca (Acegua - Aceguá; Rivera - Santana do Livramento; Chuy - Chuí).

Acegua-á é a menor *doble cidade* (em extensão e população)¹³ da fronteira Brasil-Uruguai, motivo pelo qual, possivelmente, também seja a menos estudada. Em contrapartida, Santana do Livramento-Rivera, comporta uma série de pesquisas científicas de diversas áreas. Desta forma, as pesquisas produzidas nesta fronteira apresentam dinâmicas importantes que exemplificam a vida da fronteira sul, servindo como espelho para compreender aspectos semelhantes em Acegua-á, como: a circulação autorizada em fronteira seca, a mescla linguística e familiar, as nacionalidades dobles e a relação com as ilegalidades.

A geógrafa Adriana Dorfman¹⁴ e a antropóloga Andrea Quadrelli¹⁵, compõem uma teia de pesquisas reconhecidas na compreensão das dinâmicas fronteiriças, desde seus sujeitos a instituições, grupos e redes da ilegalidade nas cidades de Rivera e Santana do Livramento. Ambas bebem das teorizações sobre *fronteirização* de Grimson, evidenciando disputas e conflitos da fronteira, transparecendo as lógicas de travessia sobre uma linha imaginária (rua) diferente da fronteira estudada pelo autor (ponte e rio). Para Quadrelli, a

¹¹GRIMSON, Alejandro. *Los flujos de la fronterización: una etnografía histórica de la nacionalidad en Uruguayana (Br) y Paso de los Libres (Ag)*. Buenos Aires, Gedisa, 2002, p. 55.

¹²GRIMSON, Alejandro; Pablo, VILLA. *Forgotton Border Actors: the Border Reinforcers. A Comparison Between the U.S.– Mexico Border and South American Borders*. *Journal of Political Ecology* Vol. texto físico, 2002. p. 69.

¹³ Área de 1.551,339 km² e uma população de 4.170 habitantes, segundo o IBGE, 2022. Disponível em:

¹⁴ DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

¹⁵QUADRELLI-SANCHÉZ, Andrea. *A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. (Tese de doutoramento em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

aproximação entre as duas populações é tanta que “parte de uma quadra da cidade brasileira fica em território uruguaio”¹⁶, gerando assim o que a autora chama de *situações inevitáveis*.

Dorfman também enfatiza esses processos, os quais ela nomeia de *condição fronteira*, são condicionados pela história e geografia do contrabando na região, originando “o portuñol, às famílias mistas, a política transfronteira, a música e a literatura de fronteira”¹⁷. Sobre contrabando, a autora compreende que são práticas e saberes historicamente desenvolvidos no local, a partir de necessidades e conhecimentos geográficos do território, pois o contrabando organiza lugares e é absolutamente estrutural nessa sociedade, “no abastecimento e no sustento das pessoas, sendo visto mais como trabalho do que como delito, realizando-se através das redes de solidariedade indispensáveis à sua execução e legitimação”¹⁸.

Importante destacar que os autores citados aqui não usam da nomenclatura contrabando/contrabandista para designar a ação e os sujeitos das investigações. Desta forma, os usos mais corriqueiros são: *bagayo, pase, quileo, cruzar, atravessar*, assim como seus agentes são os *bagayeros, paseros, quileros, changueros, carregador*. Essas enunciações são acionadas ao que na literatura acadêmica chamamos de contrabando-formiga, que pode ser “caracterizado como uma atividade (...) [na qual] indivíduos ou pequenos grupos atravessam a fronteira com produtos bastante triviais e baratos, em pequenas quantidades, transportando-os repetidamente”¹⁹.

Enquanto pesquisadora-fronteira, almejo a reescrita da história para a comunidade que pertenco. Se temporalidades fronteiriças foram subalternizadas por uma temporalidade oficial, estou comprometida a contrabandeá-las. Atravessar de um lado a outro a possibilidade de experiências que emergem da vida em fronteira, das ilegalidades, do bilinguismo, das identidades fragmentadas ou duplicadas. A pesquisadora-fronteira me convoca a rastejar os caminhos camuflados pelo contrabando, desviados da fiscalização pelo portuñol e pelas dinâmicas que solo nosotros podemos escuchar. Assim, de que formas podemos historiografar o proibido?

¹⁶QUADRELLI-SANCHÉZ, Andrea. *A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. (Tese de doutoramento em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 14.

¹⁷DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 15.

¹⁸DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 15.

¹⁹DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 176.

Serpenteando temporalidades em fronteirização

Rastejando pelo território fronteiriço compreendo que a *colonialidade do tempo*²⁰ opera de forma dupla sobre os espaços de fronteira, neste caso em Acegua-á. A paisagem do cotidiano é repleta de materialidades que conduzem, constantemente, o pertencimento às nações. O encontro entre essas duas linearidades da História Nacional gera uma hiato espaço-temporal, visto que há uma ausência sobre as narrativas fronteiriças dentro das oficialidades cronológicas de Acegua-á²¹. A História, por relacionar-se ao nacionalismo e ao pertencimento, busca no passado o aterramento “original”, optando pela unidade ao invés da pluralidade de pertencimentos. O hiato está justamente na fenda temporal, vazia de narrativa, que as Histórias Nacionais condicionam às fronteiras. O apagamento histórico e político da participação das populações fronteiriças em suas próprias histórias²² gera a invisibilidade de práticas e saberes locais. Se partimos da perspectiva de que a História é uma ferramenta das Nações, e a fronteira é a uma fenda temporal das entidades nacionais, como engendrar narrativas fronteiriças a partir da historiografia?

Do mesmo modo que a fiscalização aduaneira protege os limites dos Estados Nacionais, a Historiografia Oficial/*colonialidade do tempo* também fiscaliza passados clandestinos de adentrarem à linearidade das Nações. Os *bultos temporales*, assim como os bultos²³ do contrabando, fazem circular, para além da cronologia linear, cotidianidades fronteiriças relegadas a travessias sigilosas e impróprias para a História das Nações²⁴.

No fluxograma abaixo podemos observar como funciona essa teia temporal. Organizada a partir do Marco Principal 8, agente e condutor do tempo em fronteirização, e ditada pela lógica da travessia/*el pase*, ação que origina a prática do contrabando e das ilegalidades. Por meio desses dois epicentros de espaço e tempo (Marco/El pase), os agentes e sujeitos produzem constantemente a fronteira através da ação de *fronteirizar o tempo*. A pesquisadora-fronteiriça, na tentativa de historiografar temporalidades clandestinas, vê nas dinâmicas locais do *bulto* a chave para compreender práticas em fronteirização.

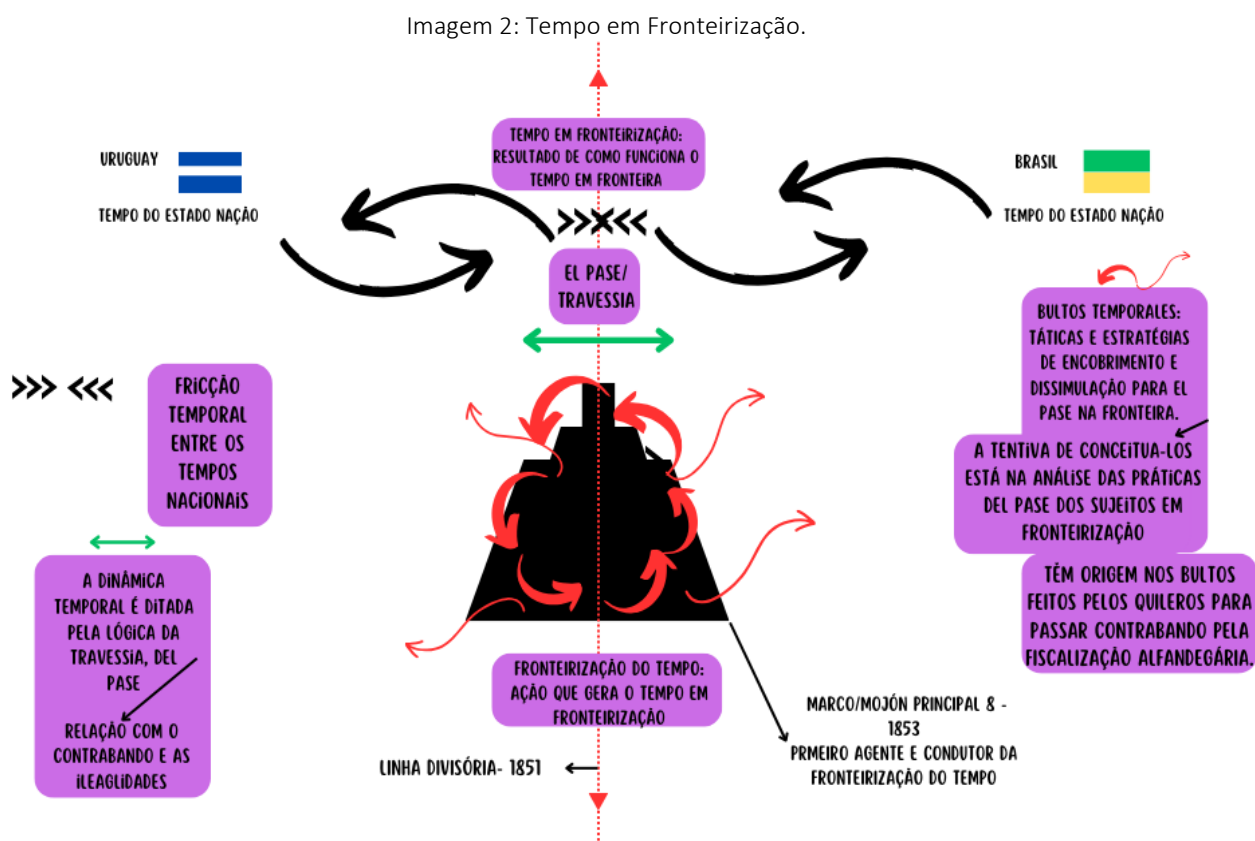
²⁰PEREIRA, Nilton Mullet. O que se faz em uma aula de História? Pensar sobre a colonialidade do tempo. Chapecó, Santa Catarina, *REVISTA PEDAGÓGICA* | V.20, N.45, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188771>. Acesso em: 07 ago 2025.

²¹Importante salientar que a história nacional condiciona a visibilidade às fronteiras militares, avanço das nações e vigília de estrangeirismos. Aqui pretende-se olhar para a fenda temporal do encontro das duas nações em zonas de fronteira, esta sim, vazia de narrativas historiográficas no que tange Acegua-á.

²²Até o século XIX e início do XX, através das histórias de guerras e grandes fazendeiros, o território contribuiu para narrar a história do Rio Grande do Sul e dos conflitos gerados pela Guerra Grande, no Uruguai.

²³ Mecanismo de invisibilização de mercadorias para passagem na Aduana.

²⁴ CHAKRABARTY, Dipesh. “História subalterna como pensamento político”, in *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, ed. Bruno Peixe Dias, José Neves, 281-307 (Lisboa: Tinta-da-China, 2010); LUGONES, Maria. *Peregrinajes: Teorizar una coalición contra múltiples opresiones*. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2021.



Fonte: Fluxograma produzido pela autora, 2023.

Marco-limite: aquele que organiza o tempo

Os marcos-limites - referenciados também pelo singular marco - catalisam e organizam o tempo em Acegua-á a partir da *fronterização do tempo* ditada pela travessia constante na linha divisória. Construído por acordos binacionais, torna-se o primeiro *doble chapa*, organizando o tempo local através da fricção das temporalidades nacionais. Ao estar posicionado nas bordas de duas nações, torna-se concomitantemente aquele que produz e conduz a fronteirização do tempo dando início às dinâmicas *del pase* no território. Levando em consideração que o fluxo fronteiriço é impróprio para a estabilidade das nações, os sujeitos fronteiriços tomam o marco como objeto aliado, assim recriam os usos que fazem dele, reconfigurando constantemente os sentidos de fronteira.

Imagem 3: Marcos-Límites de 1853 e 1913 localizados no centro da cidade de Acegua-á.



Fonte: Imagens retiradas do acervo pessoal da autora. Acegua-á, 2021.

Os marcos-limites ou *mojones* são materializações do Tratado de Limites de 1851. A demarcação territorial Brasil-Uruguai foi um dos primeiros acordos divisórios da nação brasileira com outras jurisdições. Circunscrevem mais de 1000 km de linha demarcatória, desde a “barra do arroio Chuí até a foz do Quaraí, no rio Uruguai”²⁵. O acordo de 1851 estabeleceu a construção de 13 marcos principais e 49 secundários ou intermediários, evidenciando uma paisagem de marcos, tanto no campo como nas zonas urbanas, por toda a linha da fronteira. As edificações ocorreram durante a primeira década após o acordo, sendo construído o primeiro Marco em Acegua-á no ano de 1853. A posteriori, em 1909 (quando o Brasil cedeu o domínio das águas dessa lagoa ao Uruguai) e 1913 (quando o Uruguai também cedeu o domínio das águas do arroio São Miguel) outros marcos foram assentados durante a retificação do Tratado de Limites.

²⁵ Atas de demarcação em: <http://info.lncc.br/uhist.html>. Acesso em: 07 ago 2025.

Imagem 4: Linha fronteira (vermelha) onde foram instalados os Marcos Principais e Secundários ou Intermediários referentes ao Tratado de Limites, destacando Acegua-á (amarelo).



Fonte: Mapa do Uruguai, co-produzido pela autora, em 2024.

A ramificação familiar dos marcos-limites ocupa as fronteiras de diferentes formas, algumas estruturas importantes e centrais, outras menores e periféricas; em formato de obelisco, palacete ou uma simples estrutura de pedra cimentada no chão. Próximos a rios e nascentes; em praças e calçadas, marcando a linha imaginária, emergem *los mojones*. A família dos marcos-limites em Acegua-á é extensa. Os mais velhos estão posicionados no centro da cidade (Marco-principal 8 de 1853 e o marco retificado de 1915) e são reconhecidos, pelas jurisdições municipais de cada país e pela população de Acegua-á como representantes iconográficos de dita fronteira²⁶. E são eles, em grande medida, que interessam a esta escrita.

O marco, historicamente, conduz o tempo através da sua presença e durabilidade. Encontra sua casa: a fronteira. Molda sua gente: os fronteiriços. O marco é o que determina o tempo, o movimento e a constância dos entendimentos de fronteira. Desde o contrabando a cavalo, *los cargueros*, passando pelos *quileros* de bicicleta e moto, até *las bagayeras y*

²⁶ Outros marcos tomaram importância em diferentes tempos, atualmente um dos mais conhecidos é o posicionado na frente aos Free Shops.

quileras, todos esses agentes *del pase*, no decorrer dos anos de formação da população, tiveram contato com o marco, sendo esse como lugar de descanso, paragem para a elaboração do *bulto* ou local de abrigo. Na fotografia abaixo, podemos ver a durabilidade e permanência do marco na história de Acegua-á através das capturas produzidas por sujeitos em fronteirização. A imagem, segundo o Acervo de Acegua-á, é próxima ao ano de fundação da Casa Perez (1910), e mostra o atual centro urbano da cidade habitado somente pela majestosidade dos marcos.

Imagem 5: marcos-límites e vinhedos da família Vinholes.



Fonte: Imagem de 1920, retirada do acervo público de Acegua-Cerro Largo Facebook, em 2023²⁷.

Construídos sob a *Comissão Mista de Demarcação*, os 13 marcos erguidos no decorrer da linha fronteiriça. Treze estruturas de pedras destinadas a viverem no *entre* e nas *bordas* estatais. O marco número 8, construído em 1853, viu a(s) cidade(s) de Acegua-á ser(em) fundada(s) em 1863, assim como viu as disputas territoriais de 1864²⁸ e 1893 a 1895²⁹. Viu as iniciais ilegalidades da Casa Perez (Minuano) e da Casa Torres (Arroio da Mina), na primeira década do século XX, assim como a atualidade das clandestinidades. Ele

²⁷LARGO, Cerro (2023), Acegua. Facebook: *Cerro Largo*. Disponível em: <https://www.facebook.com/acegua.cerrolargo>. Acesso em: 07 ago 2025.

²⁸Guerra contra Aguirre. Ocorrida entre 1864 e 1865, a Guerra contra Aguirre envolveu as tropas do exército e da marinha do Império do Brasil e grupos militares do Uruguai. A guerra recebeu esse nome porque a ação brasileira ocorreu contra o então presidente do Uruguai Atanasio Cruz Aguirre. Foi um conflito breve, mas que demonstrou a participação brasileira nos assuntos políticos internos do Uruguai e resultou, logo após seu término, na Guerra do Paraguai.

²⁹Revolução Federalista Ocorrida entre 1893 a 1895, a Revolução Federalista foi um conflito ocorrido na Região Sul do Brasil, que expôs a divisão entre os republicanos, isto é, entre os que defendiam maiores poderes para o presidente da República e os que apoiavam a descentralização do poder, com maior participação dos estados.

viu o entrelaçar de idiomas e suas composições linguísticas, acentuadas no *ll* tonal do castellano e na permanência do *ão abrasileirado*. Observou o aumento significativo da sua população, a presença dos Estados-Nação na construção das escolas (General Fructuoso Rivera, 1929; Escola Estadual de Ensino Médio Barão de Aceguá, 1941; Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças; 2010); a passagem de *pueblo* de Cerro Largo (1941) a *villa* de Acegua pertencente a Melo (1985); acompanhou a emancipação de Aceguá (pertencente à comarca de Bagé - Rio Grande do Sul) em 1996 e sua primeira prefeitura em 2001, e a transformação da Alcaldia de Acegua para Município em 2015.

Diante do marco estamos diante da *fronteirização do tempo* onde, pela fricção das temporalidades nacionais, emergem *los bultos temporales*. O marco é o aglutinador temporal de elementos necessários à organização e dinamização da fronteira e de seus agentes. Ele vê encobrimentos e dissimulações e é conivente com eles, pois é criador e reorganizador de códigos temporais que propicia a burlagem do *ethos fronteiriço*, ditado por *el pase*. É aliado aos fronteiriços e às dinâmicas de fronteira, já que seu único compromisso é estratificar temporalidades, omitir circularidades entre os territórios, dissimular vigilância enquanto *bulteia* a passagem de mercadorias, idiomas, nacionalidades, sujeitos e vivências.

Os *bultos temporales* que o marco expelle podem ser inesgotáveis, metamorfoseiam-se a partir da necessidade do local. Da mesma forma, são incapturáveis pelas leituras da cronologia linear, colonial e eurocêntrica. O marco, organiza os códigos do tempo através das lógicas *del pase*, originando práticas clandestinas e ilegais. Tal ação existe porque termina um Estado-Nação e inicia outro, assim ultrapassar essa divisão pode acionar delitos como o contrabando. Existe nesse início e fim uma dobra temporal, uma zona indefinida onde circulem tempos divergentes que negociam incessantemente transformando-se, como forma de resistirem, em *bultos temporales* ditados pela premissa do encobrimento. Essa zona é chamada de linha imaginária e ali não trafegam somente *los quileros y fronteirizos*, *pero también los bultos temporales*, carregando práticas e saberes referentes à existência e resistência *doble chapa*, onde território, deslocamento e pertencimento constituem as disputas e contradições fronteiriças.

Estudos sobre a fronteira sul platina avaliam as cidades-gêmeas, como Acegua-á, pela lógica da integração, união e circulação aberta de pessoas³⁰. A população de Acegua-á, recentemente, tem elegido o uso iconográfico do marco como símbolo fronteiriço que representa a integração da população e o contrabando-formiga como aquele que gera as

³⁰ MAZZEI, Enrique. Fronteras que nos unen y límites que nos separan. Universidad de la República del Uruguay. Melo, Depto. de Cerro Largo, Diciembre de 2012.

dinâmicas *del pase*. A positivação da integração fronteiriça que irmana das Acegua-ás é representada nas figuras dos marcos centrais na produção de uma identidade local, destacada aqui, pelos slogans da prefeitura de Aceguá-BR e Alcaldía de Acegua-UY:

Imagem 6: Slogan da Alcaldía de Acegua-UY.



Fonte: Imagem retirada do Facebook Alcaldia de Acegua-UY em 2022³¹.

Imagem 7: Slogan da Prefeitura de Aceguá-BR.



Fonte: Imagem retirada do site da prefeitura de Aceguá-BR em 2022³².

O marco - localizado entre a zona movediça da Rodovia Silveira Martins e a Avenida José Gervasio Artigas - esteve relacionado diretamente ao contrabando. O marco tornou-se essa zona de dobra temporal onde os *quileros* organizam seus *bultos* nas motos ou para colocá-los nos ônibus. Induzidos pela possibilidade de paralisar os tempos nacionais, os *quileros* elegem o marco como *campo neutral* contemporâneo, livre de fiscalizações, para armar o que antecede *el pase*.

³¹ALCALDIA, Acegua-Uruguay, Facebook: *Alcaldia Acegua-Uruguay*. Disponível em: <https://www.facebook.com/alcaldia.acegua>. Acesso em: 07 ago 2025.

³²ACEGUÁ, prefeitura. *Site do Município de Aceguá*. Disponível em: <https://acegua.atende.net/>. Acesso em: 07 ago 2025.

Imagem 8: Quileros e changueiros 1.



Fonte: Imagem retirada do documentário "La linea imaginaria", 2009³³.

Imagem 9: Quileros e changueiros 2.



Fonte: Imagem retirada do documentário "La linea imaginaria", 2009³⁴.

Contrabando: aquele que dita o tempo

As mesmas entidades binacionais que pariram os marcos-limites também ejetaram seu filho impróprio: o contrabando. A lógica *del pase/travessia*, que antecede a criminalidade do ato, é o motor que dita a fronteirização do tempo em Acegua-á. Autorizadas pelo ethos fronteiriços, as dinâmicas *del pase* forjaram o contrabando em pequena escala, ou formiga, como próprio das vivências fronteiriças. O contrabando nasce em conjunção com a demarcação da linha, intensificando fiscalizações e proibições de trânsitos transnacionais. Os Estados Nacionais, historicamente, aprimoram seus aparatos regulatórios, especializando grupos na inspeção e fiscalização *del pase*: guardas, aduaneiros, milicos e policiais. Em contraposição estão aqueles que incitam *el pase*: quileros, comerciantes e changueadores. Esta gangorra ontológica *del pase* e seus agentes, condiciona momentos onde a fronteira dilata-se, flexibilizando suas linhas, e momentos onde ela contrai-se, endurecendo a separação e proibindo passagens.

O contrabando, assegurado pela lógica *del pase*, é aquele que dita a fronteirização do tempo, marcando a região pela longa duração de sua prática, “que gerou um determinado

³³ LA LÍNEA Imaginaria. Dirección: Gonzalo Rodríguez, Nacho Seimanas. Producción: Ludo Contenidos, Montevideo. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHWtc>. Acesso em: 07 ago 2025.

³⁴ LA LÍNEA Imaginaria. Dirección: Gonzalo Rodríguez, Nacho Seimanas. Producción: Ludo Contenidos, Montevideo. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHWtc>. Acesso em: 07 ago 2025.

tipo de cultura, um determinado *habitus*”³⁵. A dinâmica do contrabando em fronteiras deve ser analisada a partir dos estudos históricos e culturais, evidenciando que o tráfego de mercadorias foi facilitado pela própria situação fronteiriça³⁶.

O mito que origina o nome “Acegua-á” já carrega a travessia de mercadorias como cenário: “contrabandistas a cavalo ouviam *un bicho que hace guá*”. A cavalos, bicicletas, motos, ônibus, carros e caminhões, o contrabando transmuta os mecanismos de sua aplicabilidade e continua presente na lógica fronteiriça. A prática tem se tornado a identidade local ao ser visibilizada mundialmente pelo filme “El baño del Papa”³⁷, que conta a trajetória do *quilero* de bicicleta Beto, no final dos anos 1980. O quilerismo/bagayerismo e contrabando formiga são vistos como o trabalho incessante “del pobre que vá por pan”³⁸.

Em processo recente de aceitação e valorização da prática *quilera* na região, podemos destacar as esculturas de ferro inspiradas na música “Camino de los Quileros”, de Osiris Rodriguez Castillo, feitas pelo artista plástico Nicolas Fariñas em 2020. O conjunto de obras consiste em 5 esculturas de 4 metros cada em homenagem aos sujeitos *del pase*, instaladas permanentemente na entrada da cidade de Melo, capital departamental de Cerro Largo, a mesma *ruta* que a liga à Acegua³⁹. A primeira e a segunda obra representam os *cargueros* a cavalo, a terceira e a quarta os *quileros* de bicicleta e moto, e a quinta as mulheres que fazem *el pase* de ônibus. Segundo Nicolas - em entrevista dada ao documentário “El pobre que va por pan”⁴⁰, a criação das estátuas é uma forma de homenagear os sujeitos *del pase* e gerar reconhecimento positivo sobre a prática, vista por muitos pelo olhar moral da criminalidade:

“Me gustaría que la gente entendiera todo el trabajo que realiza la gente de mi pueblo y la gente que es de frontera, para obtener el sustento, como medio de vida, porque si no hay trabajo hay que ir a la frontera para buscarlo. (...) Por eso he registrado todo esto desde la época de los caballos hasta el día de hoy. Quiero representar con este conjunto de obras que la gente entienda que no es un delito, sino un medio de vida”⁴¹.

³⁵ COSTA, Vinicius. Os caminhos do descaminho: relações transfronteiriças entre Brasil e Argentina, comércio e contrabando para São Borja e Santo Tomé. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.2, nº1, p. 115-142, jan.-jun., 2015, p. 137.

³⁶ SOUZA, Suzana Bleil de. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos- uma aproximação histórica. In: *Fronteiras no mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, pp 78-89, 1994.

³⁷ O BANHEIRO do papa. Direção: César Charlone; Enrique Fernández. Produção: Andrea Barata Ribeiro. Uruguai, 2008. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x9j2bvs>. Acesso em: 07 ago 2025.

³⁸ Trecho da música “Camino de Los Quileros”, 1969, Jorge Cature.

³⁹ Ver mais em: PEREIRA, Mário. Esculturas em ferro velho homenageiam os quileros na entrada de Melo no Uruguai. *Jornal Minuano*. 2022. Disponível em: <https://www.jornalminuano.com.br/noticia/2020/06/29/esculturas-em-ferro-velho-homenageiam-os-quileros-na-entrada-de-melo-no-uruguai>. Acesso em: 07 ago 2025.

⁴⁰ Ver documentário El pobre que va por pan, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=636172163915552>. Acesso em: 07 ago 2025.

⁴¹ Documentário El pobre que va por pan, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=636172163915552>. Acesso em: 07 ago 2025.

Imagem 10: *Quilero de moto.*

Fonte: Facebook Acegua, Cerro Largo-Uy em 2022⁴².

Os *agentes-engrenagens* principais da maquinaria *del pase* são moldados pela relação simbiótica entre comércio e contrabando. No caso de Acegua-á, comércio local e passes ilegais são combinações imbricadas na mesma temporalidade. Coexistem, como um lado que precisa do outro para sobreviver. A gangorra do mercado, câmbio e dólar, sob a linha divisória, facilita cruzar os limites do lícito.

A grande casa comercial de Acegua-á, Casa Perez, era conhecida pela sua história ligada à venda de cachaça/*caña*, goiabada, erva e fumo para os contrabandistas a cavalo, *los cargadores*. O antigo posto comercial localizava-se a 10km do centro de Acegua-á na Avenida Internacional em direção ao Minuano. Fundada em 1910 por um grupo de espanhóis recém-chegados à fronteira, a Casa Perez tornou-se o maior comércio de Acegua-á até os anos 70/80, quando estabelecimentos centrais ganharam força como a Casa Lucas e os Marques. A casa Perez funcionava no lado uruguaio e em oposição, no lado brasileiro, ficava o depósito de mercadorias. Ou seja, era um comércio que funcionava em ambos lados, vendendo no Uruguai as próprias mercadorias que vinham do Brasil.

⁴² LARGO, Cerro (2023), Acegua. Facebook: *Cerro Largo*. Disponível em: <https://www.facebook.com/acegua.cerrolargo>. Acesso em: 07 ago 2025.

Imagem 11: Casa Perez lado uruguaio, início do século XX.



Fonte: Imagem retirada do perfil Acegua Cerro Largo Facebook, em 2023⁴³.

Imagem 12: Ruínas da antiga Casa Perez lado uruguaio.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

⁴³LARGO, Cerro (2023), Acegua. Facebook: *Cerro Largo*. Disponível em: <https://www.facebook.com/acegua.cerrolargo> . Acesso em: 07 ago 2025.

Imagem 13: Ruínas da antiga Casa Perez, lado brasileiro. Vê-se o Marco intermediário posicionado na linha divisória.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Em fotografias recentes, registradas durante a pesquisa de campo, vê-se as estruturas bi-comerciais da antiga Casa Perez em situação de abandono. Pela suas ruínas é possível compreender de que formas funcionava o doble-comércio e as dinâmicas de travessia que empreendiam os *cargueros* e *quileros* para exercício *del pase*. O marco intermediário posicionado em frente ao antigo depósito, evidencia a continuidade da linha divisória, estabelecendo que o jogo de fronteirizar o espaço e as práticas ilegais permanecem mesmo que deslocadas para outras bifurcações no decorrer da borda.

Os territórios dos contrabandos e comércios em Acegua-á foram mudando durante o século XX. Casa Perez e Casa Torres (Arroio da Mina) eram os comércios fundadores das dinâmicas *del pase* na região, recebendo *cargadores* dos departamentos de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha. Cargadores a cavalo e carneadores ilegais, nesse período, eram os principais agentes do contrabando na região.

Imagem 14: Mapa mostra os extremos (Casa Pérez e Mina) em relação à zona central.



Fonte: Mapa elaborado pela autora com imagem google maps, 2022

O contrabando aciona inúmeros agentes *del pase* para funcionamento das dinâmicas fronteiriças, aprimorando e atualizando os mecanismos de burlagem e encobrimento. Entretanto, algumas funções principais para dito funcionamento permanecem, mesmo que historicamente tenham mudado suas estruturas: o comerciante/vendedor; o aduaneiro/milico/quartel; o changueiro/carretillero e o quilero/contrabandista/bagayero/pasador/carregador.

A relação entre os agentes *del pase* oscila dependendo dos interesses envolvidos. Aduaneiros e contrabandistas são categorias em oposição, evidenciando a necessidade da primeira barrar/conter/prender constantemente a segunda. De fato, essa divergência ontológica acontece pois é imposta pelo poder soberano do Estado sobre os sujeitos envolvidos, porém, na cotidianidade sorrateira, nas brechas do legal, os agentes *del pase* constituem suas próprias regras e temporalidades.

Aduaneiros, comerciantes, contrabandistas, cambitas, autoridades locais e sujeitos fronteiriços habitam esse espaço movediço entre o legal e o ilegal e podem oscilar de posições esporadicamente. A relação dos sujeitos envolvidos com *el pase* é negociada constantemente através de amizades, acordos, subornos, enfrentamentos e apreensão por meio da ética fronteiriça. Essa série de relações entre os sujeitos fronteiriços e os agentes *del pase* molda as táticas e estratégias que propiciam a fronteirização do tempo. Dos cruzamentos ilegais e negociações entre aduaneiros e contrabandistas/*quilero*, afloram mecanismos de ocultamento e dissimulação da mercadoria, chamados de *bultos*. Utilizado nesta escrita como apreensão conceitual das temporalidades fronteiriças, os *bultos temporales* desestabilizam a linearidade histórica das nações.

Bultos temporales

Os *bultos* são pacotes - de pequeno a médio porte - produzidos para que o traslado do contrabando seja facilitado ao passar pela fiscalização. Esses pacotes são mecanismos de invisibilização da mercadoria arquitetados para que o aduaneiro não saiba quais mercadorias estão sendo transportadas. Este abultamento é uma tática produzida pelos quileros, ao mesmo tempo que sinaliza um pacto entre quilero/contrabandista e o aduaneiro sobre *el pase*. Subentende-se que dentro do *bulto* há mercadorias e quanto mais "dissimuladas" estiverem melhor para sua passagem. Dentro da caixa organizam-se estratégias de ocultamento, colocando por cima produtos menos "complicados" para se passar. A técnica e a tática de passagem do *bulto* estrutura uma rede complexa de agentes *del pase* fronteiriço: venda dos produtos e confecção (comerciantes); metade da travessia (changueiro); fiscalização (aduaneiro); travessia (quilero). Obviamente outros sujeitos também compõem a teia em fronteirização de Acegua-á, além de alguns indivíduos aglutinarem mais de uma função.

El bulto faz parte de uma ética/*éthos* fronteiriça operacionalizada pelos agentes que compõem essa rede de saberes e práticas através de dispositivos locais, como: 1) conhecimento específicos sobre território por intermédio de estradas de chão, bifurcações em banhados, adentrando matos e atravessando alambrados entre os campos; 2) reatualização constante de técnicas e ferramentas de ocultamento de mercadorias contrabandeadas, visto que há uma relação histórica entre a formação do território e a prática do contrabando, e 3) a ilegalidade *del pase* condiciona ao campo do trabalho digno e legítimo, fruto das dinâmicas fronteiriças e precarização do trabalho formal. Tal ética se estabelece pela relação de parentalidade, vizinhança e cumplicidade entre os sujeitos fronteiriços e os agentes *del pase*, construindo uma rede de segredos (*lo que no se puede decir a cualquiera*) e ações impronunciáveis: a lógica do *abultar*. Ao mesmo tempo, estas ações e segredos são autorizados e, de certa forma, compartilhados pela dinâmica comercial do local⁴⁴.

El bulto pode materializar-se na figura da caixa - sua forma corriqueira -, assim como em qualquer outro espaço de ocultamento em carros, motos, ônibus e no próprio corpo. Encanamento do carro, porta-malas, entre os bancos, no tanque da moto, embaixo das roupas e dentro de outros *bultos*. Assemelha-se ao simulacro, já que imita e reproduz uma

⁴⁴ É importante reafirmar que o contrabando em larga escala - feito por caminhões e envolvendo políticos, empresários e autoridades militares - não é legitimado pelos sujeitos fronteiriços. Muitos nativos, inclusive, repudiam o termo contrabandista, pois remete a um alto nível de criminalidade e periculosidade. Por isso os termos *quilero*, *barayero*, *changueiro*, *pasero*, contrabandista-formiga são mais utilizados pois descrevem a realidade local.

falsidade. A ética fronteiriça sabe que o *bulto* falsifica e dissimula, pois ele imita um outro ao mesmo tempo que esconde o que não pode ser visto mas está ali. Uma anedota local, narrada pela pesquisa de Dorfman, evidencia a dinâmica do ocultamento, estabelecida pelo *bulto*, como uma tática pertencente a quem é do território:

“A história muda de lugar, sujeitos e combinações, mas a situação permanece a mesma: um certo aduaneiro novato foi fiscalizar uma fronteira e decretou que não haveria mais contrabando. Um sujeito fronteiriço - sabendo das artimanhas locais - aposta com o aduaneiro que o contrabando passaria mesmo assim. No outro dia o nativo vem cobrar a aposta, e o aduaneiro não entende. ‘Mas o senhor até levantou o chapéu para ele passar’. Desentendido, o agente do Estado questiona: ‘quando?’, ‘Ontem. O carro funerário passou com um caixão, dentro estava cheio de mercadorias’” (narrativa adaptada do texto de Dorfman, 2009)⁴⁵.

Na história, o funcionário da fiscalização é aquele que não sabe as táticas do lugar, sendo enganado pelos contrabandistas através dos conhecimentos específicos, aqui exemplificados na produção de estratégias de ocultamento. Como aponta Dorfman, estas anedotas evidenciam “a destreza no uso de táticas e saberes do contrabando local sobre quem não é do lugar, demonstrando que não adianta tentar proibir as práticas sem entender sua operacionalidade”⁴⁶.

Por meio da pesquisadora-fronteiriça, percebe-se que é nesse jogo de cobrir, encobrir, acobertar, omitir, ocultar, desviar, negociar e passar que os *bultos temporales* vagueiam dissimulados por entre as práticas cotidianas fronteiriças, usando mecanismos de falsificação, ocultamento e burla. Entendemos os *bultos temporales* como ondas narrativas que entretecem e atravessam a fronteira, resultado da fricção de duas linhas temporais fiscalizadas pela História das Nações. Essas temporalidades em atrito podem ser visibilizadas a partir da ação e estratégia fronteiriça próprias do local, como nas variações do contrabando, das binacionalidades, na bilinguismo, nos usos das instituições do estado⁴⁷ e em táticas e comportamentos derivados del *pase*/travessia.

Do mesmo modo o uso da palavra *bulto*, em espanhol, pode ser variado desde pacote, volume, amontoado de coisas, até erupção na pele causada por uma doença. Em semelhança o *bulto* fronteiriço remete à figura do que encobre e é encoberto ao mesmo tempo, podendo ser pensado como sintomas de uma degradação, caroço que insiste em emergir, agente

⁴⁵DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

⁴⁶DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. (Tese de doutoramento em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 165.

⁴⁷ Importante destacar que as estratégias fronteiriças de nada assemelham-se a desobediências intencionalmente políticas sobre leis e fiscalizações. Não se ocupam em fazer críticas à lógica estatal, ao contrário, desfrutam de inconsistências administrativas das soberanias para negociar com os mercados (legal e ilegal) e com as cidadanias (acesso a serviços públicos em ambos países).

infeccioso nas bordas do Estado Nação, assim como aquele que corrói a *colonialidade do tempo*. A operacionalidade conceitual dos *bultos temporales* está ligada à historiografia, na tentativa - perigosa e movediça - de narrar temporalidades sigilosas, soterradas e impuras. Tal qual os passados subalternos⁴⁸, os *bultos temporales* estão fora da História das Nações e por isso fazem balançar as premissas de um tempo hegemônico, linear e evolutivo. Os *bultos temporales* estão sempre em contradição, porque ao mesmo tempo que irrompem a superfície denunciando a falsificação de uma narrativa linear, universal e nacionalista, omitem o conteúdo que forma sua existência. Dada a sua condição clandestina, são destinados a viver às margens, periferias e fronteiras cronológicas, pois são contínuos pontos de infecção às artimanhas do Estado, existentes na emergência sorrateira e momentânea de resistências, autonomias e deslocamentos temporários sobre as bordas e limites nacionais.

Os *bultos temporales* são aliados às teorizações decoloniais/pós-colônias/anti-coloniais⁴⁹, pois denunciam as violências coloniais e a *colonialidade do tempo* na produção de sujeitos, saberes e temporalidades em subalternização. Em oposição ao mundo colonial está a modernidade, sua face visível e iluminada, na qual cidadanias são efetivadas, democratizações ampliadas e saberes autorizados⁵⁰. Esta diferença estrutural é herdeira das invasões a territórios, colonialismos, escravização de povos negros e indígenas, dependência econômica, eurocentrismo, branqueamento, racismo, violência e necropolítica enquanto investimentos do Estado-Nação que permanecem na colonialidade contemporânea reatualizando-se constantemente. Deste modo, a apreensão conceitual de práticas e ações locais está condicionada à ética da *pesquisadora-fronteiriça* sobre “*lo que no se dice a cualquiera*” e daquilo que deve ou não ser visto, narrado e historicizado.

Os *bultos temporales* são resultados da colonialidade, cuspidos pela mesma teia temporal que forjou limites e começos nacionais. Em grande medida os *bultos temporales* perfuram as institucionalidades da herança colonial e o epicentro da historiografia ocidental oitocentista: o estado moderno. Contaminam a teia estatal por meio das práticas acionadas pelas existências *doble chapa*. Não perfuram com a intenção de levá-la ao fracasso, ao

⁴⁸ CHAKRABARTY, Dipesh. História subalterna como pensamento político. In: Bruno Peixe Dias, José Neves (dir.) *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 281-307. 2010.

⁴⁹ FANON, Frantz. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008; GUHA, Ranajit. *Subaltern Studies I. Writings on South Asian History and Society*. Delhi: Oxford University Press, 1982; QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (FACES-UCV): Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC), 2000, pp. 201-246.

⁵⁰ LUGONES, María. Colonialidad y Género. Buenos Aires, *Tabula Rasa* (9), pp. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 07 ago 2025.

contrário, perfuram porque precisam dela para perpetuar-se. O parasita não tem a finalidade de matar seu hospedeiro, mas alimentar-se dele. Sendo assim, as táticas de existência e resistência em fronteirização que os bultos operaram não podem ser capturadas permanentemente pois acarretaria no fim das dinâmicas e *abultamentos* próprios do local, colocando em risco o funcionamento da comunidade.

Os *bultos temporales* vagueiam sorrateiros pelas linhas históricas que oficializam os Estados, incorporados em práticas e dinâmicas específicas do local, geradas pelas condições geográficas, sociais, históricas e culturais da fronteira. As existências *doble chapas*, forjadas nas binacionalidades, cruzamentos linguísticos e famílias mistas, são resultados destas fricções temporais ditadas e operacionalizadas pela ação de fronteirizar o tempo. Os *bultos* aparecem nesta narrativa como vetores temporais em fuga apreensíveis através do contrabandeio de práticas e táticas de resistência nas fronteiras através dos sujeitos em fronteirização. Os *bultos* irrompem e desestabilizam as oficialidades da História e a colonialidade do tempo, fabricando historiografias clandestinas, comprometidas com o tráfego de narrativas, epistemologias e ontologias fronteiriças na disputa sobre passados contemporâneos.

Conclusão

Na tentativa de responder o questionamento sobre historiografar o tempo na fronteira, neste artigo, investigou-se como funciona o tempo e os aspectos de fronteirização na cidade binacional de Acegua-á (Brasil e Uruguai) nos séculos XX e XXI. Para isso, apresentou-se uma breve contextualização histórica, social e geográfica do território, destacando as particularidades das cidades-gêmeas. Do mesmo modo, adentramos na multiplicidade do conceito de fronteira, evidenciando as produções na história, geografia e antropologia, que visibilizam a complexidade de trabalhar com populações fronteiriças. O conceito de *fronteirização*, desenvolvido por Grimson⁵¹, refinou o entendimento sobre as fronteiras do sul, destacando que são mutáveis e maleáveis, recuando ou avançando seus próprios limites nacionais, produzindo sujeitos fronteiriços da mesma forma que os sujeitos fronteiriços produzem a fronteira. Desde esta compreensão fabricou-se os *bultos temporales*, mecanismos de apreensão temporal de narrativas em *fronteirização* que, dissimuladas e encobertas, desviam das lógicas da *colonialidade do tempo* impostas pela temporalização dos Estados-Nação e da historiografia eurocêntrica. Esses *bultos temporales* carregam táticas e estratégias de resistência dos sujeitos fronteiriços através da dissimulação

⁵¹ GRIMSON, Alejandro. *Los flujos de la fronterización: una etnografía histórica de la nacionalidad en Uruguayana (Br) y Paso de los Libres (Ag)*. Buenos Aires, Gedisa, 2002.

e ocultamento, aprendidos nas dinâmicas *del pase*, resultando nas experiências *doble chapa*.

A fronteirização do tempo é criada e conduzida pela instalação do marco limite materializando a linha divisória e condicionando os tráfegos fronteiriços. Do mesmo modo, o contrabando, ditado pelo tempo *del pase*/travessia, engendra uma série de práticas ilegais que resultam nas subjetividades fronteiriças.

Convoquei o *tempo impuro*, onde os sujeitos fronteiriços aplicam suas cotidianidades ilegais e clandestinas, visto que viver nas bordas do corpo-nação é sobreviver de restos e duplicar-se em fugas de linguagem, cidadanias, acesso a serviços públicos, subjetividades, desejos, práticas e memórias *abultadas*. Não obstante, dado o formato deste artigo, não consegui tecer sobre quais práticas fronteiriças precisam ser *abultadas* e o que trafegam e encobrem os *bultos temporales*. São algumas inquietações que impulsionaram a continuidade da pesquisa.

Recebido em 10 de junho de 2025

Aceito em 30 de junho de 2025